

**X LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 20**

Aos vinte e oito dias do mês de Outubro de dois mil e oito reuniu, pelas 17h30, na sala 8 do Palácio de São Bento, a Subcomissão de Turismo, sob a Presidência do Sr. Deputado Mendes Bota (PSD). A reunião contou com a presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes pontos:

1. Audição do **Presidente da Confederação do Turismo Português**.
2. Programação das **Mesas Redondas e da Conferência**.

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Presidente da Confederação do Turismo Português** (CTP), o Sr. Presidente da Subcomissão começou por dar as boas vindas ao Presidente da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, e ao Director-Geral, Dr. Sérgio Palma Brito, enquadrando a audição no âmbito do Plano de Actividades da Subcomissão para a 4ª Sessão Legislativa, tendo por objectivo ouvir a Confederação sobre as expectativas para a actividade turística em 2009, no contexto da crise e do novo enquadramento jurídico do sector. De seguida, deu conta do modo de condução dos trabalhos, tendo posteriormente dado a palavra à delegação da CTP.

O Presidente da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, efectuou uma intervenção inicial, referindo, nomeadamente, a dificuldade de previsões para 2009, mas apontando para quebras entre os 20% e 30%, face a um bom ano de 2008 sobretudo sustentado pelos resultados do 1º semestre. Deu conta das dificuldades existentes, sobretudo ao nível das empresas mais pequenas, ainda com uma estrutura de custos ancorada no passado. Quanto ao novo enquadramento jurídico, considerou ter sido o melhor compromisso possível, dando conta da colaboração prestada pela CTP, da necessidade de conferir maior importância e articulação com as questões ligadas ao Ordenamento do Território. Considerou, ainda, que o modelo de turismo residencial deveria ser alterado.

O Sr. Presidente da Subcomissão agradeceu a intervenção e passou a palavra aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Hugo Velosa agradeceu a intervenção do Presidente da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, considerando que, genericamente, a política do turismo tem tido um carácter de continuidade, realçando, porém, a gravidade da conjuntura

económica presente. Solicitou o parecer da CTP, nomeadamente, sobre a possibilidade de se atingirem os objectivos do PENT face à conjuntura actual, o papel do sector privado na promoção turística, o fundo Novas Rotas, o Orçamento do Estado para o sector do Turismo (incluindo em matéria fiscal).

De seguida, interveio a Sra. Deputada Hortense Martins, que agradeceu, igualmente, a intervenção feita pela CTP. Apontou a necessidade de reflectir sobre as várias dinâmicas do sector, em matéria de agências de viagem, alojamento, restauração, entre outras. Manifestou a sua compreensão com a referência da CTP à necessidade de alterar a lei no contexto da conjuntura, apesar de considerar ser inusitada na postura habitual das associações empresariais, mas deu, igualmente, conta da importância da estabilidade das Leis no enquadramento jurídico e social. Deu conta do forte crescimento do turismo na última década, para o qual também contribuiu o papel forte das associações. De seguida, questionou a CTP sobre as reformas legislativas do sector preconizadas pelo PS, as eventuais alterações ao PENT tendo em conta a mudança do perfil do turista e os produtos definidos, as novas entidades regionais do turismo, a dinâmica associada às companhias *low-cost*, a nova legislação dos empreendimentos turísticos e a importância do ordenamento do território, o papel das associações no processo legislativo, o código do trabalho e demais legislação laboral e, ainda, o papel da formação e da acreditação internacional.

O Sr. Deputado Jorge Soeiro usou igualmente da palavra, agradecendo a intervenção do Presidente da CTP e colocando questões nomeadamente sobre: as medidas necessários a tomar dada a conjuntura actual, o investimento do sector concentrado no segmento de unidades hoteleiras de luxo, a requalificação da oferta e o seu equilíbrio com o ordenamento do território, a interacção entre o investimento turístico e o investimento imobiliário.

O Sr. Presidente da Subcomissão passou a palavra à delegação da CTP para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, começou por realçar a importância do PENT enquanto programa estrutural, sendo necessário repensá-lo e articular os programas à conjuntura, adequando os investimentos às disponibilidades orçamentais. Realçou o papel importante do turismo no desenvolvimento nacional, considerando essencial concentrar o investimento em estruturas produtivas que asseguram o emprego e dando conta da proposta da CTP de redução do IVA no sector da restauração, assegurar liquidez às empresas e acesso ao financiamento, conforme propostas apresentadas em sede do Orçamento do Estado. Em matéria de legislação laboral, considerou que devem ser privilegiados os níveis de emprego e que deve ser posta em prática, para analisar eventuais medidas pontuais de adaptação.

Interveio, igualmente, o Sr. Director-Geral da CTP, Dr. Sérgio Palma Brito, que realçou a necessidade de concertação estratégica, de assegurar a ligação da promoção à rede de distribuição, da importância de o fundo das rotas ser discutido não só entre a TAP e a ANA mas envolvendo a CTP, que representa o produto.

Usou novamente da palavra o Sr. Presidente da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, dando conta da importância de promover a cidade de Lisboa como capital de negócios, com vista a ganhar competitividade, dando desta forma um sentido económico à requalificação da oferta. Em matéria de formação, lamentou a ausência de financiamento suficiente para todas as candidaturas, mas considerando como positiva a reforma da formação, tendo sido aproveitados os diferentes contributos dados. Quanto ao fundo novas rotas, considerou ser importante competir com os concorrentes de Portugal (em termos de mercado), numa postura competitiva mais agressiva.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Melchior Moreira, questionando a CTP sobre o sentido de manter as agências regionais de promoção externa e as medidas para o sector do turismo constantes do Orçamento do Estado.

O Sr. Deputado David Martins registou a satisfação pelo discurso optimista da CTP e colocou questões sobre eventuais alterações para assegurar o cumprimento dos objectivos do PENT, o modo de conferir maior produtividade ao turismo, as novas disposições laborais em matéria de contratos intermitentes e de honorários, o modo de conferir maior atractividade ao emprego no sector do turismo e, ainda, a necessidade de um envolvimento acrescido dos parceiros públicos e privados no desenvolvimento do sector.

O Sr. Presidente passou a palavra à delegação da CTP para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, deu conta da posição favorável da CTP às medidas que assegurem maior liquidez às empresas, bem como da necessidade de um maior envolvimento com o Turismo de Portugal na concepção de medidas para aplicação dos financiamentos. Deu conta da ausência generalizada de qualificações da mão-de-obra portuguesa, traduzido em baixos níveis salariais e de produtividade. Interveio, ainda, o Sr. Director-Geral da CTP, Dr. Sérgio Palma Brito, que informou ter a CTP transmitido em 2007 o seu parecer sobre a reforma das Regiões de Turismo, tendo proposto um modelo de 5 Regiões. Deu conta de diversas propostas da CTP, nomeadamente de apostas na diplomacia económica, da profissionalização do sistema de promoção externa, da promoção das acessibilidades aéreas e da necessidade de aposta nas sinergias, bem como de preparação do produto para a implementação, nomeadamente, de novas rotas.

O Sr. Presidente agradeceu as intervenções e questões colocadas pelos Srs. Deputados e todas as informações prestadas pela CTP e deu por encerrada a audição.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à Programação das **Mesas Redondas e da Conferência**, o Sr. Presidente recordou a proposta de envolver a UNESCO na programação da Conferência, tendo em consideração o seu programa do Turismo Criativo, académicos de universidades portuguesas, nomeadamente da Universidade

de Aveiro (UA), tendo em consideração também a ATLAS e o envolvimento do Ministério da Cultura. Considerou que se poderiam apontar exemplos locais/nacionais, o papel do sector privado e o enquadramento teórico quer da UA quer da ATLAS. Nesse sentido, propôs refazer o programa, de um modo mais adaptado e de forma realista, com mais tempo para debate para aprofundar as questões.

A Sra. Deputada Hortense Martins deu conta da elaboração de uma proposta por parte do GP do PS, dando desde logo conta da importância de focar o papel do turismo e do desenvolvimento local. Propôs que o tema fosse aprofundado na reunião ordinária seguinte da Subcomissão, o que foi consensualmente aceite. Quanto às Mesas Redondas, sugeriu que fosse abordada alguma temática que não se conseguisse introduzir no programa da Conferência.

O Sr. Presidente, por seu turno, considerou que as temáticas das Mesas Redondas poderiam ser diferentes – PIN, PENT, Legislação laboral – de modo a não concentrar toda a Sessão Legislativa em torno do tema “Turismo e Cultura”.

O Sr. Deputado Melchior Moreira concordou em aguardar a proposta do GP do PS, considerando, quanto à Conferência, a necessidade de promover o debate aprofundado com o público, e concordando com a existência de um painel referente ao turismo e desenvolvimento local.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu conta do agendamento das audições à ARAC e ATP para o dia 11 de Novembro.

A audição foi gravada, fazendo a gravação parte integrante desta acta.

A reunião foi dada por encerrada pelas 19h40, dela se tendo lavrada a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de Outubro de 2008.

O PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO

Mendes Bota

Nota: Aprovada na reunião de 5 de Março de 2009.